

Cabral propõe redução de emendas para evitar novo atraso

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, propôs ontem que a Comissão de Sistematização reduza o número de emendas ao seu segundo substitutivo, para que não haja "uma desmoralização do trabalho do Congresso constituinte" com uma nova dilatação de prazos. "O momento nacional exige um gesto resolutivo e afirmativo da Assembléia Nacional Constituinte para mais uma vez evidenciar a sua liberdade e a sua soberania", disse Cabral.

As lideranças partidárias e a Mesa da Comissão de Sistematização reúnem-se hoje, pela manhã, para estudar a proposta de Cabral. Para cumprir o prazo da comissão (fixado até o próximo dia 28), os mais de 7.500 pedidos de destaque restantes seriam reduzidos para 206, seguindo um critério de distribuição pelo tamanho dos partidos na comissão. O PMDB e o PFL teriam direito a apresentar dois destaques por mem-



O que foi aprovado ontem

Capítulo II Dos Direitos Sociais Artigo 6º

XXIII — participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação;

XXIV — seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXV — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos;

Inclua-se onde couber dentre os incisos do artigo 6º:

— proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil;

— piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho realizado;

— não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cessação;

— igualdade de direitos entre trabalhadores com vínculo empregatício permanente e trabalhadores avulsos.

bro da comissão — respectivamente, 98 e 48 —, enquanto os outros partidos apresentariam três destaques por membro. Assim, o PT, por exemplo, encaminharia seis pedidos.

Todos os outros pedidos de destaque (que modificam artigos, parágrafos, incisos e palavras) seriam prejudicados. Em dezenove reuniões, a comissão examinou 815 pedidos de

destaque — menos de 10% do total. "Perdemos tempo com coisas desnecessárias", disse Cabral. Os líderes do PMDB e do PFL manifestaram simpatia pela proposta, mas preferiram consultar as bancadas antes de uma decisão final.

"Rolo compressor"

Apesar da concordância inicial do

PSB e do PC do B, o PT e o PCB têm restrições quanto à proposta de Cabral. "É um rolo compressor aos pequenos partidos", disse o deputado José Genoino (PT-SP). O deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB, concordou com a idéia, mas disse que não pode abrir mão de alguns destaques para temas importantes, como Reforma Agrária e definição de Empresa Nacional. O PCB só poderia apresentar três destaques.

Além da proposta de Cabral, ganhou corpo a sugestão de que o plenário do Congresso constituinte passe a trabalhar simultaneamente à Comissão de Sistematização. "Não há outra saída", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que redigiria, na noite de ontem, uma proposta de alteração do regimento para que a idéia se viabilizasse.

Durante as seis horas da sessão de ontem, a comissão aprovou apenas quatro propostas a serem incluídas no artigo sexto da nova Constituição, que tratam de assuntos pertinentes à legislação ordinária. "São coisas menores, mas que representam ganhos para a classe trabalhadora", disse o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP)

Projeto não será aprovado, diz Saulo Ramos

Da Reportagem Local

O consultor-geral da República — amigo particular do presidente José Sarney —, Saulo Ramos, disse estar seguro de que o projeto de Constituição não será aprovado. "Não há nenhum bloco político no Congresso que consiga reunir os 280 votos necessários à aprovação do projeto, nem o governo. E eu já disse isso ao presidente".

A reação de Sarney, de acordo com Saulo, foi comedida: "É, se isso acontecer, o processo da Constituinte vai se retardar muito", teria comentado o presidente. Saulo Ramos voltou ontem a Brasília, depois de passar seis dias em São Paulo, recuperando-se de uma crise de labirintite. "Creio que quando ficar

clara a falta de unidade entre os constituintes para aprovar a nova Carta o melhor será convocar um grupo de juristas de reconhecida competência, como Ely Lopes Meirelles, Frederico Marques e outros, e pedir a eles uma ajuda".

Ao saber das declarações do consultor-geral da República, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), fez uma expressão séria, que serviu a um único comentário: "Acho que ele (Saulo) deveria ter se eleito deputado, e ter vindo para a Constituinte. Ai ele ficaria sabendo que o nosso trabalho não é o de atender a conveniências jurídicas, e sim aos interesses dos cidadãos".

Normalmente mais cuidadoso, o presidente do PFL, senador Marco

Maciel, mostrou-se surpreso com a opinião de Saulo Ramos, e ditou uma declaração: "Eu concordo com o diagnóstico, mas não com a terapêutica. Nós hoje não temos, mesmo, essa unidade, mas acho que nós podemos obtê-la. Isso só depende de nós, políticos, e acho que é viável". Habitualmente menos cuidadoso, o líder do PFL na Câmara e no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA), foi curto e grosso: "Eu concordo com o que o Saulo diz".

Legitimidade

Saulo Ramos considera que o processo da Constituinte vai parar logo que o projeto da nova Carta, aprovado na Comissão de Sistematização, for apresentado em plenário.

"O projeto primeiro terá que ser aprovado como um todo, para que depois sejam votados os destaques (emendas que tratam de questões específicas). Acho que já na votação para a aprovação do conjunto faltarão os 280 votos".

O consultor-geral da República é frontalmente contrário ao sistema parlamentarista, proposto atualmente pelos constituintes. "Isso de você eleger um presidente da República pelo voto direto e de ainda ter um primeiro-ministro não existe. Você acaba tendo uma crise de legitimidade, porque o primeiro-ministro, que pode ter tido, para chegar ao Congresso, uns trinta mil votos, vai ter mais poder do que aquele que foi escolhido por milhões de eleitores".

Afif espera apoio da 'base' do PMDB contra a estabilidade

Da Sucursal de Brasília

A proposta de estabilidade no emprego, aprovada na última semana pela Comissão de Sistematização, será derrubada pela "base" do PMDB no plenário do Congresso constituinte desde que haja um "amplo entendimento entre os moderados". A opinião é do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), um porta-voz dos interesses do empresário na comissão.

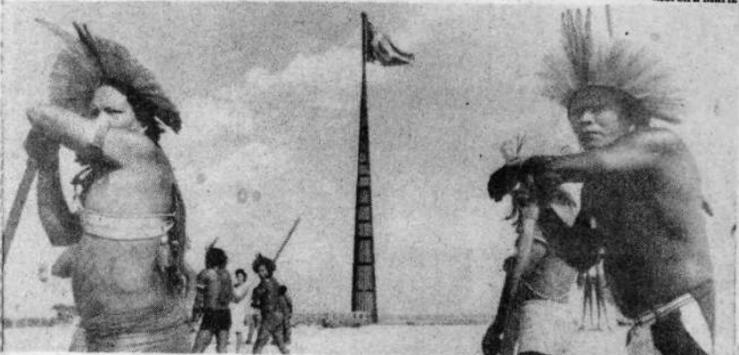
"Não quero falar com a cúpula do PMDB. Só com a base", disse Afif. Mesmo com uma interpretação, que vem generalizando-se entre os contribuintes, de que os princípios de estabilidade fixados no novo texto constitucional não garantem a "esta-

bilidade pura", Afif afirmou que há necessidade de uma modificação do projeto. "Além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o trabalhador só deveria ter assegurado o direito a indenização", afirmou Afif.

Citando uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Afif disse que a manutenção da estabilidade e de "outras irrealidades" que a comissão aprovou anteontem, como o pagamento dobrado das horas-extras, provocaria um crescimento da mão-de-obra contratada informalmente. Hoje, 53% da população economicamente ativa é informal.

Leia a opinião da Folha no editorial "Nos mões do plenário" na pág. A-2 e mais notícias na pág. A-25

Moreira Mariz



NA PRAÇA, CONTRA O LIXO ATÔMICO

Um grupo de índios caiapó protesta na Praça dos Três Poderes, em Brasília (foto), contra a decisão do presidente José Sarney de depositar lixo atômico na base militar da Serra

do Cachimbo (PA), anunciada na semana passada. Pouco depois, ao receberem a informação de que o presidente poderá rever a decisão, os 97 índios dançaram na praça.

Secretários de Fazenda fazem críticas a texto da Comissão

Da Sucursal do Rio

Secretários de Fazenda de 21 Estados e Territórios, reunidos ontem no Rio de Janeiro, decidiram por unanimidade propor a supressão dos três artigos, incluídos no texto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que dão estabilidade no emprego para os funcionários públicos admitidos, sem concurso, há mais de cinco anos. Eles consideram que os três artigos (59, 60 e 61) inviabilizam a reforma administrativa necessária nos Estados. O secretário do Rio Grande do Sul, Cezar Augusto Schirmer, disse que em seu Estado 25 mil funcionários, contratados sem concurso público nas vésperas da eleição de 1982, ganhariam estabilidade.

Os secretários decidiram também por consenso ir a Brasília acompanhar a votação das propostas de reforma tributária na Comissão de Sistematização. A presença física dos secretários no momento da votação é, segundo eles, uma forma de pressionar os parlamentares para que sejam aprovadas as propostas que aumentam a arrecadação dos Estados e municípios. Da reunião de ontem, realizada na Secretaria da Fazenda, no centro do Rio, foi tirado um documento oficial que será entregue aos governadores de cada Estado. O documento vai subsidiar a reunião dos governadores peemedebistas a ser realizada, também no Rio, no próximo sábado.

Impostos

O secretário de Fazenda do Estado do Rio, Jorge Hilário Gouvêia Vieira, apontou, em nome dos demais secretários, as propostas de reforma

tributária, incluídas no texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que desagradam os Estados: eles não concordam com a retenção do Imposto Territorial Rural (ITR) pela União; rejeitam a emenda que mantém o Imposto sobre Serviços (ISS) com os municípios e são contrários à limitação da alíquota do imposto sobre herança, além de lutarem contra a estabilidade no emprego para os funcionários públicos admitidos sem concurso há mais de cinco anos.

Segundo Jorge Hilário Gouvêia, há consenso entre os secretários de Fazenda de que o ITR deve ficar com os Estados o que, a seu ver, impulsione os projetos de reforma agrária. Também querem liberdade para fixar as alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) e, ainda, que os governos estaduais adquiram competência para cobrar impostos sobre atividades econômicas que hoje não são tributadas.

Não houve consenso entre eles — e por isto não será incluída no documento oficial a ser encaminhado aos governadores — sobre a questão da tributação de combustíveis e energia elétrica. Os secretários querem que o ISS seja incorporado ao ICM e que os municípios passem a receber 25% do total do ICM arrecadado para compensar a perda do Imposto Sobre Serviços.

O secretário do Rio afirmou que os secretários querem o fortalecimento do sistema federativo e que a reforma tributária vai permitir aos Estados aumentar de 10% a 15% a arrecadação atual. Ele destacou, várias vezes, que a reforma, tal como preconizada pelos secretários, não vai onerar o contribuinte.